

Brasil fecha bom acordo

Jornal de Brasília

após o pacote

Os bancos estrangeiros esperaram que o Brasil, finalmente, apresentasse um plano de recuperação da economia interna, pelo menos confiável, para selar o acordo para a dívida vencida em 1985 e que está vencendo em 1986. O presidente do Banco Central, Fernão Bracher, informou ontem, que os US\$ 6,1 bilhões do principal da dívida vencida no ano passado somente serão pagos a partir de 1989, mas os juros continuarão sendo remetidos normalmente. Com relação a 1986, quando vencerão US\$ 9,5 bilhões, continuarão sendo pagos também os juros, enquanto o reescalonamento deverá ser acertado no final do ano.

O avanço conseguido pelo país nesse negociação está no fato de que o "spread" (taxa de risco) foi reduzido de 1,75% acima da "prime rate" para 1,125% acima da Libor para a dívida externa do setor público e 1,25% para os débitos do setor privado. A taxa básica de juros vigentes em Nova Iorque não mais serve como parâmetro para a dívida brasileira, e isso diminuiu em cerca de US\$ 170 milhões o custo dos débitos brasileiros, segundo estimativa de Bracher. Foi eliminada também a comissão que os bancos cobravam normalmente sobre os montantes negociados, o que aumenta para aproximadamente US\$ 320 milhões o "lucro".

Bracher salientou que a renego-

ciação sem qualquer acordo prévio com o FMI — ao contrário do que exigiam inicialmente os bancos — significou um ganho político na medida em que o país reconquistou a autonomia para gerir seus negócios. Mas evitou qualquer declaração que pudesse melindrar o FMI: "Não dispensamos a sua colaboração (do Fundo)". Acrescentou que a atual renegociação abre o caminho para o Brasil voltar ao mercado financeiro internacional, de onde saiu como captador de empréstimos em 1983. Porem, disse que durante as conversações não se falou em "dinheiro novo". "Talvez para o futuro, sim" — acrescentou.

Antônio de Pádua Seixas assinalou que os "spreads", agora, reduzidos, valem também para os financiamentos comerciais e interbancários, que somam US\$ 15,5 bilhões, até março de 1987. Essas linhas foram prorrogadas oficialmente no final da semana passada. O acordo a respeito de 1985 e 1986 deverá ser assinado em meados deste ano, porque faltam questões técnicas relativas aos contratos, segundo Bracher e Seixas. O presidente do BC disse que a questão do foro jurídico da dívida brasileira fica ainda na praça de Nova Iorque, "porque os bancos não quiseram abrir um precedente" — mas esta era uma reivindicação do Banco Central, de mudar o foro para um terceiro País.